

Diário do Legislativo de 15/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 25/8/2009

Às 15h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Chico Uejo e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar e discutir a nova tecnologia de empacotamento de leite UHT, desenvolvida pela DuPont, e comunica o recebimento do Ofício nº 796/2009, do Sr. José da Silva Soares, Presidente da Emater-MG, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/8/2009. A Presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.548/2009, em turno único para o qual designou relator o Deputado Chico Uejo. O Presidente interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Adriana Prado Bicalho, especialista em políticas públicas da Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais, representando o Delegado Rogério Correia Moura Baptista; Victor Soares, economista, representando a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Antônio Carlos de Souza Lima Neto, Assessor Econômico da Faemg, representando o Presidente Roberto Simões; Celso Costa Moreira, Diretor Executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais; Daniel Neto, Gestor Comercial da DuPont do Brasil; Tomé Palhares, Presidente da Associação de Produtores Rurais Integrados de Minas Gerais; e Júlio César Alves, Presidente da Rede Favela e Periferia de Belo Horizonte e Região, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.361, 4.378, 4.379, 4.393, 4.396 e 4.397/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Carlos Gomes em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, as perspectivas da agricultura e seus impactos no desenvolvimento e no meio ambiente em Minas Gerais; Domingos Sávio em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 2.771/2009 e suas implicações nas atividades agropastoris no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Ata da 20ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/8/2009

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Antônio Genaro e Jayro Lessa (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Genaro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Liza Prado, Vereadora da Câmara Municipal de Uberlândia, solicitando a esta Comissão tomada de providências com relação ao descaso para com os estabelecimentos prisionais; dos Srs. Fernando Antônio Junqueira, Juiz de Direito da Comarca de Caxambu, solicitando tomada de providências quanto ao inquérito policial nº 082/2004, instaurado para apurar fatos ocorridos em Caxambu, envolvendo o Delegado Seccional de Polícia; Rodrigo de Castro, Deputado Federal, agradecendo o envio de cópia do manifesto "Por Uma Nova Lei de Imprensa", de autoria do jornalista Dídimo Paiva; Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul, convidando a Comissão para participar da Plenária Ampliada das Comissões Locais de Assistência Social Centro-Sul, em 26/8/2009, no Auditório da Secretaria de Administração Regional Centro-Sul; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Fernando Zardini Antonio, Procurador-Geral de Justiça; Pedro Luiz Dalcero, Chefe do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República; Paulo de Tarso Morais Filho, Promotor de Justiça; e da Sra. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica (13/8/2009); Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; Ciro Pedrosa, Deputado Federal; Eduardo Azeredo, Senador da República; Antônio Andrade, Deputado Federal; Marcos José Mendes de Carvalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte; Renato César Jardim, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça (20/8/2009). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2007 (relator: Deputado Antônio Genaro, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.981/2008 (relator: Deputado Antônio Genaro). O Deputado Jayro Lessa se ausenta da reunião, e logo após registra-se a presença do Deputado Gustavo Valadares. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João, em que solicita seja realizada visita à cadeia pública de Oliveira; Durval Ângelo (6), em que solicita seja encaminhada ao Presidente da CEF, ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, da Controladoria-Geral da União, e à Sra. Giedra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União no Estado de Minas Gerais, cópia das notas taquigráficas das reuniões realizadas em 6/5, 14/5 e 19/8/2009, para tomada de providências em relação a denúncia apresentada por mutuários contra a CEF seja encaminhada aos juízes da 8ª, 11ª, 12ª, 16ª e 22ª Varas Federais de Belo Horizonte, Seção Judiciária de Minas Gerais, cópia das notas taquigráficas das reuniões realizadas em 6/5, 14/5 e 19/8/2009, para tomada de providências a fim de verificar a possibilidade de suspensão dos processos de mutuários em que a CEF pede a retomada dos imóveis; sejam realizadas reunião de audiência pública e visita ao Juiz e à Promotora de Justiça da Comarca de Medina, para prestar solidariedade a eles, devido aos ataques sofridos pela decretação da prisão preventiva de sete policiais militares denunciados pela prática de tortura em Itaobim; seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir o resultado do julgamento do Processo nº 013408093946-2, referente ao crime de homicídio praticado contra o Sr. João Alves Calazans. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda - Gláucia Brandão.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 1º/9/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gil Pereira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Selma de Moura Braga, Presidente da Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale, solicitando a realização de audiência pública para discutir irregularidades que estariam sendo cometidas por empresas no transporte de minério; e do Sr. Zenaildo Lima da Fonseca, da Emater-MG, solicitando a realização de seminário sobre as alterações no Código Florestal. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 2º turno, Projetos de Lei nºs 16/2007 (Deputado Fábio Avelar) e 1.731/2007 (Deputado Almir Paraca); e, em turno único, Projeto de Lei nº 3.593/2009 (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.883/2008 (relator: Deputado Irani Barbosa) e 3.363/2009 (relator: Deputado Gil Pereira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.364, 4.415 e 4.434/2009. Os Requerimentos nºs 4.356 e 4.357/2009 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, aprovado pela Comissão. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.943/2008 e 3.373/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião em Montes Claros para, em audiência pública, debater as consequências, para o Projeto Jaíba e o Norte de Minas, da equiparação da mata seca à mata atlântica, efetuada em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -; Domingos Sávio, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Administração Pública para, em audiência pública, discutir os problemas no atendimento nas unidades do IEF e do Igam e nas Suprams, assim como nos demais órgãos que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema -; Padre João, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, discutir o conteúdo e a aplicação, pelos órgãos ambientais do Estado, da Lei Federal nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma mata atlântica, e do Decreto Federal nº 6.660, de 2008, que regulamenta essa lei; a aplicação da Emenda nº 19 ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, que dispõe sobre a política florestal e de biodiversidade do Estado; e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Délio Malheiros, em que solicita seja realizada reunião em Itajubá para, em audiência pública, discutir os impactos ambientais da extração de areia no Rio Sapucaí, no Município de Piranguinho, e as irregularidades que nela estariam ocorrendo. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Fábio Avelar (2), em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de providências para que seja agilizada a implantação do projeto de controle de odores na Estação de Tratamento de Esgotos de Nova Contagem; e seja encaminhado aos Presidentes do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - e da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - pedido de providências a fim de que seja adotado parâmetro técnico para disciplinar a construção de estações de tratamento de esgoto em áreas densamente povoadas; Almir Paraca (3), em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o processo de regularização ambiental do empreendimento de mineração de areia da Samitra Mineração e Transporte Ltda. em São José da Lapa; seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente Central pedido de providências para que se verifiquem os níveis de emissão de gases e partículas da Belocal e da Ical, instaladas em São José da Lapa; e seja realizada visita técnica às instalações do empreendimento de mineração de areia da Samitra Mineração e Transporte Ltda. em São José da Lapa; e Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a questão da qualidade do ar em Betim. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/9/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Ivair Nogueira (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do PMDB) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, justificando a sua ausência na audiência pública realizada no Município de Montes Claros no dia 27/8/2009; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do DNIT (13/8/2009); Carlos Antônio Candinho e Fernando de Souza Costa, respectivamente Presidente da Câmara e Prefeito Municipal de Carangola, e Albino Neves, Presidente da Abraluz; e da Sra. Dilene Dileu, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares (27/8/2009). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição); e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.249/2009 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.810/2008 (relator: Deputado Adalclever Lopes), 2.869/2008 (relator: Deputado Irani Barbosa) e 3.499/2009 (relator: Deputado Djalma Diniz), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.373, 4.430, 4.435, 4.438, 4.444 e 4.475/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão conjuntamente com a Comissão de Participação Popular, no Município de Peçanha, para discutir o andamento das obras do programa Proprocesso e Links Faltantes na região do Leste mineiro; Gil Pereira em que solicita seja encaminhado ao Superintendente do DNIT pedido de providências para que seja construída uma passarela em Barracão, Distrito de Grão Mogol, no trecho da BR-251 que liga Francisco Sá ao Município de Salinas; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o projeto elaborado para a construção de duas novas rodovias nesta Capital e as possíveis implicações aos cidadãos belo-horizontinos; Doutor Viana, Célio Moreira e Carlos Pimenta em que solicitam seja encaminhado à Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para que os usuários da BR-135 tenham segurança nas paradas dos trechos que se encontram em obras; Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Diamantina, para discutir a atual condição de trafegabilidade da Rodovia MG-367, que liga Diamantina ao Distrito de Medanha, entre o Km 571 e o Km 580; e Carlin Moura, Gustavo Valadares, André Quintão, Domingos Sávio, Adalclever Lopes e Remôlo Aloise em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão conjuntamente com a Comissão de Participação Popular para discutir a cobrança de pedágio ao longo da MG-050 e o cronograma de obras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo - João Leite.

Ata da 24ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/9/2009

Às 9h7min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre violação de direitos humanos referente a abuso de autoridade supostamente praticado pelo Ten. Valter dos Santos contra o Sd. Ailson Ferraz de Brito Júnior, do 26º Batalhão da Polícia Militar de Itabira. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Luiz Quadros de Magalhães, professor de Departamento de Direito Público da Universidade Federal de Minas Gerais; Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -; Cel. QOR Domingos Sávio de Mendonça, Assessor Jurídico da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais - Ascobom -; Ailson Ferraz de Brito Júnior, Sd. do 26º Batalhão de Polícia Militar, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Vanderlei Miranda, Fábio Avelar e Ronaldo Magalhães. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3), em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Oliveira pedido de providências para que seja revista a decisão de proibir a realização da Festa do Rosário nesse Município; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à garantia da segurança durante essa festa, programada para 5/9/2009; seja encaminhado ao Secretário de Saúde e ao Comitê de Enfrentamento da Gripe Influenza A H1N1 pedido de providências para reverter a decisão do Prefeito Municipal de Oliveira de proibir a realização desse evento; Sargento Rodrigues (2), em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir as condições de trabalho e as mortes dos servidores da segurança pública no exercício das funções ou em razão delas; e discutir denúncia de irregularidades na escala de serviço dos policiais militares lotados no 33º Batalhão da Polícia Militar em Betim. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda - Bráulio Braz.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/9/2009

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Eros Biondini e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Ramon Tomás Villagra Delgado, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte (27/8/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.251 e 3.577/2009 (Deputado Carlos Gomes), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº

3.485/2009 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.374 e 4.474/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.423/2009. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos às 9h45min, registra-se a presença dos Deputados Tenente Lúcio, Fábio Avelar e João Leite (substituindo o Deputado Eros Biondini, por indicação da Liderança do BSD). Está presente, também, o Deputado Antônio Júlio. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Senra, Deputado da Província de Córdoba, Argentina, e Jorge Grasso, Chefe da Delegação da Agência ProCórdoba, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos convidados para suas considerações. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini, Fábio Avelar e Tenente Lúcio em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjuntamente com a Comissão de Saúde, para debater a realização de eventos culturais e religiosos nos Municípios do Estado, bem como o grande número de cancelamentos desses eventos em virtude da pandemia de gripe suína (influenza A-H1N1); e Tenente Lúcio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Augusto de Lima, para discutir as questões relacionadas ao desenvolvimento turístico da região, em especial do Circuito Turístico Serra do Cabral e dos demais circuitos da região Norte e Noroeste do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Carlos Gomes - Fábio Avelar.

Ata da 18ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/9/2009

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Tenente Lúcio e Padre João (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Fábio Avelar (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BPS). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita a participação da Comissão na audiência pública a ser realizada pela Câmara Municipal de Itajubá, no dia 4/9/2009, para debater o toque de recolher para menores; dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Ruy Muniz (8) em que solicitam seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça pedido de providências para que aumente o quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal na Região Norte de Minas Gerais; seja encaminhado ao Procurador-Chefe da Defensoria Pública Estadual pedido de providências para que amplie o quadro de Defensores do órgão, assegurando a lotação em quantidade condizente com as necessidades do serviço nos Municípios em que se localizam unidades prisionais, em especial o Município de Francisco Sá; seja encaminhado ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região pedido de providências para criar mais uma Vara da Justiça Federal na Seção Judiciária de Montes Claros, devido a solicitações em audiência pública realizada pela Comissão na referida cidade; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a implantação de mais um batalhão da referida corporação no Município de Montes Claros, tendo em vista a necessidade de haver um batalhão exclusivo para esse Município e outro para as demais localidades atendidas pelo 10º BPM; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao Comandante da 11ª Região da PMMG pedido de providências para assegurar a presença permanente de policiais militares nos Distritos, especialmente no Distrito de São Joaquim, no Município de Januária, que possui aproximadamente 15 mil habitantes e não dispõe de policiamento ostensivo; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a implantação de mais duas Áreas Integradas de Segurança Pública - Aisp -, no Município de Montes Claros e para a ampliação do projeto Olho Vivo no referido Município e, ainda, a implantação de uma unidade prisional no Município de Manga, tendo em vista o elevado contingente de presos em cadeias públicas na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/9/2009

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Antônio Genaro e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Célio Moreira, Sargento Rodrigues, Braulio Braz, Inácio Franco e Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, denúncias de práticas violadoras de direitos humanos contra alunos da Escola Cristã Verbo Vivo, vinculada à Igreja Ministério Verbo Vivo e localizada na zona rural de São Joaquim de Bicas, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ademir Camilo e Ciro Pedrosa, da Câmara dos Deputados, acusando o recebimento da cópia do manifesto intitulado "Por uma Nova Lei de Imprensa", de autoria do jornalista Dídimo Paiva; e da Sra. Miriam Magela Nogueira, advogada, encaminhando, para tomada de providências, cópia de documentos relativos a crimes supostamente praticados por militares de Igarapé; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Gustavo Botelho Neto, Superintendente-Geral de Polícia Civil e Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (5/9/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Geraldo de Amaral Toledo Neto, Delegado de Polícia Civil; Rogério Greco, Procurador de Justiça, representando Jorge Luiz Coelho Linhares, pelo Conselho Estadual de Pastores; Eduardo Andrade Gonzaga Júnior; e a Sra. Rosângela Leonardo da Silva, Diretora Educacional B da Superintendência Regional de Ensino Metropolitano, representando a Secretaria de Estado da Educação, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à remoção do Sd PM Ailson Ferraz de Brito Júnior, lotado no 5º Pelotão da 83ª Cia. do 26º BPM de Itabira, para uma das unidades da Polícia Militar de Minas Gerais desta Capital, tendo em vista a garantia desse servidor contra atos de perseguição promovidos pelo Comandante desse batalhão; e à substituição do Ten.-Cel. Evandro Jacques de Mendonça, no cargo de Comandante do 26º BPM de Itabira, com o objetivo de permitir a apuração de irregularidades imputadas a esse oficial; seja realizada, novamente, reunião de audiência pública, para ouvir o Ten.-Cel. PM Evandro Jaques de Mendonça, o 1º-Ten. PM Valter dos Santos e o Cel. PM Gilberto Cabral Costa, que prestarão esclarecimentos sobre as denúncias de violação de direitos humanos, referente ao abuso de autoridade supostamente praticado pelo Ten. Valter dos Santos contra o Sd PM Ailson Ferraz de Brito Júnior, do 26º BPM de Itabira; Lafayette de Andrada em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado pedido de informação sobre questão relativa à Lei Orgânica do Município de Barbacena; Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências para apurar denúncia de envolvimento de quatro policiais militares na suposta tortura de Lenon Eduardo Anacleto, no Município de Ipatinga; seja encaminhado à Corregedoria de Polícia Civil pedido de providências com vistas à apuração de denúncia de omissão de autoridade da Polícia Civil em relação ao caso de suspeita de tortura e tentativa de homicídio desse cidadão; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Promotor de Justiça da Comarca de Ipatinga pedido de providências em relação a essa denúncia; Carlin Moura e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da de Educação, para discutir a situação salarial dos

profissionais da educação no Município de Ibirité, bem como o assédio moral que estão sofrendo os dirigentes e associados do SindUte-Ibirité, do Comando de Greve e do Sindibirité, em virtude de denúncias por eles apresentadas; Vanderlei Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para ouvir as pessoas responsáveis pela Escola Cristã Verbo Vivo e as autoridades presentes nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/9/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. (Faixa Constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219, que institui a Política Estadual do Livro. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2010. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 15/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.679/2009, do Governador do Estado; 3.501/2009, do Tribunal de Justiça; 851/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.362/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.487/2009, do Deputado Zé Maia; 3.504 e 3.508/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.537/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.600/2009, do Deputado Rômulo Veneroso; 3.610/2009, do Deputado Leonardo Moreira; e 3.666/2009, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.359/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.424/2009, do Deputado Padre João; 3.550/2009, do Deputado Juez Távora; 3.566/2009, do Deputado Tiago Ulisses; 3.625/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.631/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.647/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.655/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.659/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.665/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.669 e 3.670/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.671/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.674/2009, do Deputado Walter Tosta; e 3.675/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 15/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.489/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.441 e 4.442/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.483, 4.484 e 4.485/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 15/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.131/2008, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.593/2009, do Deputado Mauri Torres.

Finalidade: apresentação do "software" de metodologia de avaliação vetorial de desempenho ambiental chamado Pirâmide, programado no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT -, de acordo com o modelo desenvolvido pelo Engenheiro Civil Ricardo Wagner Reis Duarte, responsável exclusivo pela metodologia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 15/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.372/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz; 2.718/2008 e 4.518/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 4.482/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.498/2009, do Deputado Braulio Braz, e 4.500/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 15/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.502 e 4.503/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.504/2009, do Deputado Wander Borges; 4.519 e 4.520/2009, da Comissão de Constituição e Justiça; 4.524/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.543/2009, da Comissão de Constituição e Justiça; 4.545 e 4.546/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 15/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.560/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; e 3.597/2009, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 15/9/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 19.219, que institui a Política Estadual do Livro; e 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010; e dos Projetos de Lei nºs 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências; e 3.300/2009, do

Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelman Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/9/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para o 2º turno sobre emenda ou substitutivo apresentados em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, e 3.619/2009, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Adalclever Lopes, Irani Barbosa e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/9/2009, às 10 horas, na Câmara Municipal de Aiuruoca, com a finalidade de debater, em audiência pública, questões relativas ao transporte interestadual na região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/9/2009, às 10 horas, no Município de Teófilo Ottoni, com a finalidade de debater em audiência pública, com a presença de convidado, as perspectivas das políticas públicas para a juventude e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2009.

André Quintão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.476/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Cabo Verde - AECV -, com sede no Município de Cabo Verde.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.476/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Cabo Verde - AECV -, com sede no Município de Cabo Verde, que tem como finalidade desenvolver obras assistenciais, bem como o espírito de confraternização e compreensão entre os seus associados e a comunidade local.

Para a consecução de seus objetivos, realiza ações nas áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer; promove o estabelecimento de cooperação e intercâmbio com entidades afins do Município e de outras localidades para a realização de atividades de interesse comum.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.476/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2009.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.478/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural Ponto de Partida, com sede no Município de Barbacena.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.478/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural Ponto de Partida, com sede no Município de Barbacena, que tem como finalidade promover e divulgar manifestações artísticas e culturais, por meio das quais estimula a melhor convivência entre os seus associados e a comunidade.

Para atingir suas finalidades, a Associação promove palestras, cursos, teatros e "shows"; pesquisa e cataloga dados sobre o acervo cultural de Barbacena, bem como de outras cidades e países; e executa ações objetivando o desenvolvimento, a participação e a conscientização da população local acerca de manifestações culturais diversas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.478/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2009.

Paulo Guedes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.517/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Moto Kart Clube de Pará de Minas, com sede no Município de Pará de Minas.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.517/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública o Moto Kart Clube de Pará de Minas, com sede no Município de Pará de Minas, entidade sem fins lucrativos, voltada para a prática desportiva motorizada, especialmente as realizadas com kart e motocicletas.

Com esse propósito, desenvolve atividades diversificadas com a finalidade de difundir e incentivar a prática desportiva motorizada em todas as suas categorias e contribuir para a formação e aperfeiçoamento dos atletas.

Em face dessas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.517/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Deiró Marra, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, três temas correlatos permeiam nosso manifestar: centralismo governamental, federação e repartição de receitas oriundas do pré-sal entre os entes federados. O centralismo governamental federal fica evidenciado, dentre outros exemplos, pela condução, sem qualquer discussão com os Estados federados, da exploração do pré-sal. O presidencialismo, quase como uma profecia, atribui à figura representativa da pessoa do Presidente essa configuração decisória e, sem dúvida, consequente da centralização.

A fraqueza dos entes federados repercute também no Poder que os representa, o Senado Federal, cuja crise, abundantemente retratada e transmitida, dá a real dimensão de seu esgarçamento. A Constituição repercute essa força centrípeta da União, dando-lhe formatação e suporte. Assim, não está sendo diferente na condução do pré-sal. Anuncia-se e ventila-se aos quatro cantos a geração de riqueza para a Nação, mas não se altera o conduto, o meio para fazer chegar ao cidadão essa riqueza. Isso fica assente uma vez que nenhum dos quatro projetos muda a regra de distribuição de recursos oriundos do petróleo.

A Comissão Interministerial, formada em 17/9/2008 pelo governo federal para estudar e propor alterações, embora tivesse como premissa, entre outras, aumentar a apropriação da renda petrolífera pela sociedade, não trilha esse caminho. Foram remetidos quatro projetos. Muda-se o marco regulatório, mas mantém-se a perversa concentração da distribuição de receitas. Chega-se ao disparate de, no Projeto de Lei nº 5.948/2009, do governo federal, constar o art. 49, que textualmente mantém as regras atuais. As indagações que devem ser feitas em alto e bom som são: Onde está o quinto projeto que cuida da distribuição de receita entre os entes federados? Qual é a razão de não ter sido enviado ao Congresso? Por que manter o atual modelo de concentração de renda e riqueza? Onde está o estudo da Comissão Interministerial sobre o assunto?

A imprensa, com todas as letras, responde que a Presidência da República quer ficar bem com todos. De um lado, acolhe os Estados produtores não mandando o projeto; de outro, incentiva os não produtores a apresentarem emendas. O tema da política energética é tratado na Lei nº 7.990, de 28/12/89, com as alterações da Lei nº 9.478, de 6/8/97, que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O modelo existente é o da concessão, e o pretendido é o da partilha. Os projetos foram discutidos até então quanto à tramitação ou não de urgência. Ao monopolizar os debates para a regra de tramitação, põe-se em segundo plano a distribuição das receitas - futuras, diga-se - e, bem assim, a real capacidade do novo marco regulatório de atrair financiamento para tornar realidade a exploração dessas reservas, que estão estimadas em 40 a 80 bilhões de barris, estendendo-se por uma área de 149.000km², distando a mais de 300km da costa.

Dificuldade não há, senhoras e senhores, em detectarmos que o fosso existente entre pessoas ricas e pobres também é presente entre os Municípios e os Estados. A revista "Veja", edição nº 2.129, de setembro de 2009, sob o título "Disputa federativa", faz alusão ao pré-sal, cujo primeiro centavo só será produzido daqui a 15 anos e cuja receita poderá, teoricamente, quanto aos "royalties" distribuídos a Estados e Municípios, ser multiplicada por 10. A reportagem cita, à guisa de exemplo, o exercício de 2008, quando foram arrecadados R\$10.000.000.000,00 em "royalties".

O valor destinado aos Municípios brasileiros foi de R\$3.700.000.000,00. Desse valor, Sr. Presidente, os Municípios do Estado do Rio de Janeiro ficaram com a fatia de 67%, ou seja, mais de duas terças partes, que correspondem a R\$2.480.000.000,00. O valor distribuído aos 27 Estados foi de R\$3.290.000.000,00. Desse valor, somente ao Estado do Rio de Janeiro coube quase 70%, ou seja, R\$2.260.000.000,00.

Pergunto a V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro Silva: o "royalty" do petróleo é do Rio de Janeiro ou é do povo brasileiro? Pelo atual sistema de distribuição de recursos desses "royalties" - sistema perverso e injusto -, parece que esse petróleo é do Rio de Janeiro.

Se somarmos, somente da parcela de "royalties", a parcela atribuída aos Municípios do Rio com a repassada ao Estado do Rio, chegamos a absurdos R\$5.000.000.000,00 a título de "royalties" em 2008, quase R\$500.000.000,00 por mês, ou ainda, aproximadamente, Deputado Braulio Braz, R\$16.000.000,00 por dia.

A revista alude que o Presidente da República, em público, cedeu aos interesses do trio produtor Rio, São Paulo e Espírito Santo e decidiu retirar do projeto do pré-sal qualquer menção a "royalties". Observem, senhoras e senhores, que, em 2008, a parcela de ICMS distribuída aos 853 Municípios mineiros chegou a R\$4.500.000.000,00, número bem menor que a soma dos "royalties" atribuída ao Estado e aos Municípios do Rio de Janeiro, que foi de R\$5.000.000.000,00. Essa vergonhosa concentração gerou e conserva, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, "emirados fluminenses" - prestem bem atenção -, tal a irrigação de receita do petróleo.

Vejamos receita somente de "royalties" do "clube dos 13", dos "emirados fluminenses", em 2008: Campos dos Goytacazes, 400 mil habitantes, R\$560.000.000,00; Macaé, 190 mil habitantes, mais de R\$400.000.000,00; Rio das Ostras, 96 mil habitantes, mais de R\$162.000.000,00; Cabo Frio, 186 mil habitantes, R\$145.000.000,00; Quissamã, 19 mil habitantes, mais de R\$100.000.000,00; Angra dos Reis, 168 mil habitantes, aproximadamente R\$90.000.000,00; São João da Barra, 30 mil habitantes, aproximadamente R\$80.000.000,00; Rio de Janeiro, 6 milhões de habitantes, quase R\$70.000.000,00; Casimiro de Abreu, 30 mil habitantes, quase R\$60.000.000,00; Armação dos Búzios, 28 mil habitantes, R\$60.000.000,00; Duque de Caxias, 872 mil habitantes, R\$60.000.000,00.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, essa é a relação dos "emirados fluminenses". Concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Caríssimo Deputado Dinis Pinheiro, quero cumprimentá-lo por trazer para o Parlamento essa situação que muito nos tem afligido. V. Exa. apresenta uma ponderação importante, chamando a Assembleia Legislativa para a reflexão. Conforme já deve ter visto, o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, foi autor de um artigo publicado nos jornais de sábado exatamente sobre o que V. Exa. fala. Essa é uma preocupação de Minas. Enquanto o Estado do Rio de Janeiro já está sendo organizado - e muito - e tem trabalhado com seus parlamentares... Aliás, Deputado Dinis Pinheiro, ao lhe perguntarem sobre isso, o próprio Governador do Rio de Janeiro disse que o Estado do Rio está vivendo em "estado de graça". Não é bem por aí.

É importante, Deputado Dinis Pinheiro, a sua ponderação nesse chamamento que nos faz. Temos de abrir uma franca e longa discussão. Além disso, fazer com que as palavras do Governador pronunciadas ontem sejam realmente introduzidas, iniciando principalmente por Minas Gerais a sua participação e articulando a nossa bancada federal e a Assembleia Legislativa, como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo já estão fazendo.

Quero parabenizar V. Exa. Na verdade, merece, sem dúvida nenhuma, um estudo urgente por nossa responsabilidade, conforme as palavras do próprio Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho no seu belo artigo de sábado, em que manifestou a sua preocupação quanto a esse questionamento, que certamente trará consequências irreparáveis para o nosso Estado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Se o Estado do Rio de Janeiro vivencia um "estado de graça", conforme relato do Governador, todo brasileiro

sonha também com um estado de graça para todos os brasileiros. Esse é o nosso desejo e clamor. Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é sempre brilhante em suas afirmações.

É oportuno afirmar também, senhoras e senhores, que a alteração na distribuição dos recursos do pré-sal em nada alteraria a situação de presente quanto às receitas, Deputado Carlin Moura. Nada seria alterado. A concentração de renda continuaria perversa.

Importa dizer: a desproporção na distribuição só tende a aumentar. Os Estados e os Municípios que atualmente mais ganham nada perdem, porque o modelo atual de concessão permanece para as explorações existentes. Só que eles querem, Deputados, ganhar mais ainda com o novo modelo, denominado de partilha. O crescimento desse fosso é tendência que deve ser retida e paralisada com medidas urgentes e necessárias.

Esta Casa Legislativa recentemente promoveu ampla discussão, votação e aprovação de projeto de lei de nossa autoria sobre o ICMS Solidário, cujo tema foi fartamente debatido.

Recorrendo ainda ao Texto Constitucional, não podemos também olvidar o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de "erradicação da pobreza e da marginalização e, bem assim, da redução das desigualdades sociais e regionais" (art. 3º, III).

Desse debate, Sr. Presidente, não podemos fugir, e esta Casa Legislativa - e, bem assim, este Plenário - tem dado mostras de que não ficará alheia também a este momento e pautará sua posição sobre o tema. A nossa proposta é que seja criada comissão especial desta Assembleia, norteada por princípios da Carta, "pela dignidade da pessoa humana", de Minas e do Brasil sobre o assunto.

A responsabilidade fiscal com as despesas do governo federal não pode também ser esquecida sob o fundamento de "potencial e futura receita" para daqui a mais de uma década.

Gastar antes de receber é algo bem conhecido de todas as famílias que prezam a responsabilidade, o equilíbrio e sabem dosar entrada e saída, ou o denominado equilíbrio fiscal. Não podemos descurar também do meio ambiente. Como ficará, quais as implicações e as consequências? A preservação é indispensável.

Sr. Presidente, Minas tem se destacado como voz serena e forte nas grandes ocorrências nacionais. Urge que esta Casa acompanhe de perto e, com a capacidade de seres humanos, faça um diálogo maduro e firme em prol dos brasileiros. Apresento requerimento e o encaminhamento a V. Exa. solicitando formação de comissão especial para acompanhamento do tema relativo ao pré-sal e, acima de tudo, a tempo e a modo, para manter a voz dos mineiros bem representada e adicionada à daqueles que, como nosso Governador Aécio Neves e todos os Srs. Deputados, querem resposta mais digna para a vida de inúmeras famílias que carecem do poder público responsável e eficiente. A concentração penaliza. A concentração marginaliza. A concentração destrói pessoas e retira oportunidade de vida digna. O petróleo não é do Estado do Rio de Janeiro. O petróleo é do povo brasileiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoal da TV Assembleia, meus amigos e amigas, ocupo a tribuna nesta tarde de terça-feira para fazer registro de duas ótimas notícias para o nosso Estado e para o nosso povo.

Primeiramente, quero fazer consignar - não poderia fazer diferente - que, graças ao comando de Paulo Paiva, Presidente do BDMG e ex-Ministro, conseguimos retomar agora o Projeto Novo Somma. Há uns dez dias, tive o prazer de estar com ele, que havia manifestado que, graças à iniciativa da Resolução nº 3.781, do Banco Central do Brasil, depois de muito trabalho durante quase dois anos, consegui que não somente as agências de fomento pudessem também ter o BDMG como gestor em favor dos Municípios mineiros. Aliás, já tivemos o Projeto Somma. Agora estamos com sua segunda edição: o Novo Somma. Para o nosso Estado, teremos R\$400.000.000,00 destinados às Prefeituras. Isso quer dizer que o oxigênio está chegando aos Municípios, que poderão utilizar e locar recursos dentro de sua capacidade financeira. Ou seja, poderão buscar financiamentos mediante lei autorizativa da Câmara Municipal com o intuito de fazer as obras que ainda não foram possíveis, tais como saneamento básico, infraestrutura, asfaltamento, edificação e compra de material e maquinários. Sem dúvida alguma, essa iniciativa acontece num momento importante que estamos vivendo. Aliás, esse assunto já foi longamente debatido por todos os parlamentares quando discutimos o Projeto Somma e, agora, vem na sua segunda edição, mais fortalecida, fazendo com que o BDMG, como gestor, encaminhe e distribua recursos financeiros aos Municípios. Trata-se realmente de um momento muito importante. Os meus agradecimentos ao Presidente Paulo Paiva e a toda a diretoria do BDMG, que muito se esforçaram para que o BDMG pudesse também ser parceiro das Prefeituras. Com certeza, essa notícia agrada aos Municípios, a todos os Prefeitos e gestores públicos que estão aguardando alguma possibilidade desde longa data. Não somente de financiamento, como também de ter aplicação do recurso nos projetos que ainda não foram identificados. Para isso já existe um requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Municipais, de nossa autoria, para debatermos aqui com todos os Prefeitos e todos os representantes de microrregiões, afim de fazer com que o próprio Município e a própria região atendam às peculiaridades de cada um. Sabemos que a situação de Belo Horizonte é uma e a da minha terra natal, Ouro Fino, é outra. Para isso, já estamos acertando uma importante audiência pública, com a presença dos Prefeitos da AMM, do ex-Deputado José Milton, Presidente da AMM, e todos os representantes das Associações Microrregionais do Estado de Minas Gerais. Devo salientar também que o Município de Patrocínio já iniciou esse investimento, já tem hoje cerca de R\$8.000.000,00 garantidos para o seu desenvolvimento por meio do projeto do BDMG.

Este momento que estamos vivendo é importante, pois teremos condições de comandar, de fazer a distribuição desse dinheiro do BNDES, repassado pelo governo federal, aos Municípios que aderirem ao Novo Somma, que, em sua primeira edição, já contribuiu muito para o desenvolvimento dos Municípios. Então, quero ressaltar, caríssimo Presidente, este momento importante que estamos vivendo em favor dos nossos Municípios nas microrregiões, fazendo com que esses recursos sejam devidamente encaminhados.

Cada Município tem a sua peculiaridade. Temos de verificar o seu aporte financeiro, discutir e analisar a sua capacidade para garantir os recursos do financiamento. Essa notícia, com certeza, alegra-nos e faz com que, daqui por diante, os Prefeitos sejam comunicados sobre esse novo investimento, essa nova ação do BDMG, do governo Aécio Neves, do Vice-Governador Anastasia, que praticamente já deu o pontapé no Novo Somma para os Municípios. Daí termos de nos organizar para que os Municípios adiram ao Projeto Novo Somma, fazendo com que esse projeto venha ao encontro dos interesses das ações maiores do Município.

Assim, neste momento faço esse registro com muita alegria. Parabênzo o grande amigo, ex-Ministro, ex-Secretário, meu conterrâneo Paulo Paiva, bem como toda a diretoria do BDMG, que em poucos dias estará aqui conosco, na Assembleia, discutindo com todos os Presidentes de microrregionais dos Municípios e com o comando da AMM, para orientá-los quanto à distribuição desses recursos - aliás, mediante autorização municipal, tendo em vista tratar-se de financiamento aos Municípios.

Sem dúvida, os empréstimos do BDMG aos Municípios foram muito proveitosos. Com certeza, estamos vivendo um momento importante com esse novo projeto.

Um outro assunto sobre o qual gostaria de manifestar-me com muita alegria relaciona-se à nossa cafeicultura. Desde longa data estamos aqui cobrando ações dos governos federal e estadual em favor da nossa cafeicultura. Há poucos dias, tive o prazer de participar do lançamento do Pronaf em Varginha. Estivemos reunidos com cerca de 60 Municípios, a bancada do Sul de Minas, a diretoria do Banco do Brasil, que autorizou recursos para o Pronaf, o Pronafinho e, principalmente, para o custeio da agricultura familiar, uma meta do Banco do Brasil. A época também tratamos da cafeicultura. Sabemos que a questão do café não é voltada ao Banco do Brasil, mas, sim, à iniciativa do governo. Para isso, sabemos muito bem que desde há muito o Governador tem recebido toda a classe dos cafeicultores em seu gabinete, como a Faemg e todos os que participam ativamente do CNC, do CNA, que têm cobrado do governo ações importantes. Essa iniciativa, meus caríssimos Deputados, está praticamente no fim. Há poucos dias, o Ministro Reinhold Stephanes manifestou-se sobre o posicionamento do governo federal em relação ao benefício que será dado à grande cafeicultura do Estado de Minas Gerais.

Aliás, nosso Estado é hoje o maior produtor de café do Brasil, principalmente o Sul de Minas, onde grande parte da produção é originada da cafeicultura. Quero ter o prazer de fazer este anúncio: As reivindicações dos cafeicultores, defendidas pelo Governador Aécio Neves junto ao governo federal, começaram a ser atendidas. O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, adiantou ontem que as ações de alívio do setor serão anunciadas nos próximos dias, durante a reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional - CMN. Uma delas será a conversão de parte da dívida dos produtores brasileiros em sacas de café.

O CMN também deverá anunciar a criação de linha de crédito de R\$100.000.000,00 com recursos do Funcafé, para cooperativas de crédito renegociarem suas dívidas. O valor liberado deverá ser de até R\$200.000,00 por produtor, que terá prazo de quatro anos para efetuar o pagamento com juros de 6,75% ao ano. Está prevista ainda outra linha de R\$100.000.000,00 para renegociar prazo para pagamento das Cédulas de Produto Rural, também com prazo de quatro anos e juros de 6,75%.

Em abril, o Governador mineiro se reuniu em Brasília com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando apresentou a ele as principais reivindicações dos cafeicultores, que afirmam enfrentar a pior crise dos 100 últimos anos. Segundo o Conselho Nacional do Café, a dívida total do setor no País está estimada em 4,2 bilhões. Na quinta-feira, em conversa por telefone com o Ministro Stephanes, o Governador Aécio reforçou a necessidade das medidas de apoio à cafeicultura, que serão adotadas com urgência.

Além dos 3 milhões de sacas de café já adquiridas por via de contrato de opção, o Ministro antecipou que o governo federal irá adquirir mais 7 milhões de sacas até o ano que vem, uma parte por compra direta e outra por meio de compensação da dívida, adotando medida sugerida pelo Governador, a partir das reivindicações dos agricultores.

Nas negociações iniciadas em abril, o Governador insistiu na necessidade de elevar o preço mínimo do café, com o objetivo de cobrir os custos de produção e garantir a renda dos agricultores. Aécio reforçou também a necessidade de implantação, pelo governo federal, de um programa de leilões de Opções Públicas de Venda de Café, que remunere adequadamente o setor produtivo e enxugue a oferta do produto no mercado.

Sem dúvida alguma, é uma ação do governo de Minas Gerais. Há dois meses estivemos reunidos em um dos maiores encontros deste país, o SOS Cafeicultura, que reuniu mais de 25 mil pessoas em Varginha. Posso dizer com tranquilidade que desde longa data estamos buscando ações importantes para isso. No encontro, tivemos representantes de toda a cafeicultura de Minas Gerais e do Brasil. Tivemos não só esse encontro pacífico e ordeiro de Varginha, o SOS Cafeicultura, mas também outros desdobramentos, a partir dos quais a Câmara Federal, sensibilizada, tem constantemente reunido Deputados e Senadores para discutir esse pleito. Então, neste momento, quero parabenizar nosso Governador por essa ação efetiva em favor da cafeicultura mineira. Aliás, nosso Governador sempre tem seu olhar extraordinariamente à frente não só na agricultura, mas também nesse Projeto Novo Somma, que acabamos de relatar com satisfação, em favor dos nossos Municípios. Temos muito a festejar.

Então, quero registrar, com muita alegria, esse momento importante que estamos vivendo na cafeicultura, com esse auxílio aos nossos Municípios. Com certeza, será uma engenharia muito perfeita e adequada para que nossos Prefeitos possam administrar bem seus Municípios.

Ouçó, com muito prazer, meu caríssimo amigo Deputado Braulio Braz.

O Deputado Braulio Braz (em aparte) - Nobre colega Dalmo Ribeiro Silva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicite um aparte, Deputado, para solidarizar-me com V. Exa., que, nesta oportunidade, vem à tribuna da Assembleia falar, mais uma vez, de sua grande bandeira: a preocupação com a cafeicultura em Minas Gerais - maior produtor de café do País -, especialmente em relação ao Sul de Minas, onde V. Exa. reside e possui grandes companheiros e amigos. Também me solidarizo com V. Exa., morador que sou da Zona da Mata, por saber quão importante é a labuta do cafeicultor para conseguir produzir café, que exige muita mão de obra e tem um custo altíssimo, mas está com um preço muito baixo.

V. Exa. vem aqui hoje manifestar o apreço que tem pelo Governador, e faço coro com suas palavras. Nosso Governador tem dito que Minas Gerais hoje é o Estado do café com leite. Somos o maior produtor de leite e de café do País, e o Governador não está se descuidando de olhar os interesses dos produtores. Nosso Estado é extenso, com muita capacidade produtiva, mas também com muitos problemas, que afligem todos nós: parlamentares, integrantes do governo do Estado, mineiros em geral. Tenho a certeza de que o Governador encontrará caminhos para ajudar os produtores de café do nosso querido Estado. Mais uma vez, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parabeno-o pela intervenção em favor dos cafeicultores de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Braulio Braz.

Termino, Sr. Presidente, manifestando os nossos agradecimentos ao Governador Aécio Neves que se posiciona em defesa da cafeicultura mineira e do Brasil. Hoje, sem dúvida alguma, ele já se tornou um grande estadista. Então, no momento em que o governo federal anuncia essa nova decisão, o nosso Governador foi o primeiro a receber a comunicação, o que se deve à sua ação e ao seu dinamismo. Isso se deve, ainda e principalmente, à grande produtividade de café, que representa bilhões de reais, garantia de emprego e renda, além de ser uma lavoura secular em nosso Estado.

Num segundo momento, manifesto satisfação com o novo projeto Somma, que beneficiará muito os Municípios que ainda não têm orçamento para dar andamento a obras tão esperadas. Em breve, faremos essa audiência pública aqui, na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para verificarmos o que Banco de Desenvolvimento e o governo poderão fazer agora - não no que se refere a obras, mas no que diz respeito a empréstimos -, a fim de que cada Prefeito, de posse de seu projeto, possa executar obras em favor dos Municípios de Minas Gerais, a partir desse novo modelo Somma. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, em várias cidades de Minas Gerais, retorno a esta tribuna, Sr. Presidente, para, novamente, denunciar os absurdos que vêm ocorrendo no Norte de Minas, por parte dos órgãos de meio ambiente. Nos últimos 15 dias, temos acompanhado pela imprensa, especialmente pelo jornal "O Tempo", de Belo Horizonte, a verdadeira situação em que se encontra o Norte de Minas Gerais. Começando pelo

Projeto Jaíba, por diversas vezes utilizei esta tribuna para denunciar a indústria da multa que se instalou no Jaíba e em todo o Norte de Minas Gerais; porém, a situação vem se agravando a cada dia. O pânico está espalhado na classe produtora do Norte do Estado. E o que nos deixa mais tristes é que, apesar da nossa insistência, dos inúmeros apelos de outros parlamentares, de toda a mobilização da sociedade norte-mineira, em vez de sensibilizar os órgãos ambientais e o governo de Minas Gerais, eles estão fazendo justamente o contrário. Eles estão apertando o cerco e intensificando a atuação desses órgãos em nossa região.

Até que seria justo, se houvesse motivo, se isso estivesse ocorrendo em todo o Estado de Minas Gerais; porém, não é assim. O mesmo IEF, que deveria utilizar a legislação para todo o Estado, fecha os olhos para crimes ambientais gigantescos que acontecem no Estado, como a questão da Votorantim Metais, que polui o Rio São Francisco com todos os seus dejetos. Ele fecha os olhos para a Copasa, que joga o esgoto de Belo Horizonte e de toda a Região Metropolitana no Rio das Velhas, que, por consequência, cai no São Francisco, causando uma matança generalizada; fecha os olhos aos crimes ambientais cometidos pela Cemig; porém, se um pequeno produtor, um produtor rural se atrever a fazer qualquer coisa, ou pelo menos tentar, a multa chega antes do pensamento. É assim que tem acontecido em nossa região.

O que me surpreende é que o Secretário José Carlos Carvalho nos diz uma coisa - aliás estivemos com ele no mês passado, na sociedade rural, em Montes Claros, onde nos reunimos com entidades de classe, com a bancada norte-mineira. Ele nos tratou muito bem e disse que estava sensibilizado com o problema; porém, vejamos o que dizem alguns trechos do "e-mail" que ele, Secretário José Carlos Carvalho, enviou a seus subordinados: "Vamos aplicar uma redução de 40% nas novas autorizações de supressão de vegetação nativa em relação à área autorizada no ano anterior. Aplicar o decreto federal que regulamenta o Código Florestal, que exige dos grandes proprietários que providenciem a suas expensas o georreferenciamento da propriedade, da reserva legal e da área de preservação permanente. Exigir, igualmente, como está expresso no decreto, que o proprietário pague a reposição florestal ou providencie um consumidor que cumpra o compromisso em seu nome. Todos os dispositivos legais que restringem o desmatamento devem ser exigidos com todo o rigor. Acabou o direito líquido e certo, erroneamente praticado até agora, de autorizar desmatamento sem restrições acima do limite mínimo de reserva legal estabelecido, que acabou virando limite máximo. Em relação às áreas incluídas no polígono da mata atlântica estabelecidas no decreto presidencial e nos encraves previstos nas notas técnicas localizadas fora do polígono, seguir rigorosamente os ditames da lei. Cabe ao Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada - CGFAI - mapear as áreas críticas e fechar o cerco nos Municípios com maiores índices de desmatamento.

É nessas áreas que precisamos concentrar o trabalho da Polícia Ambiental. É hora de agir sem vacilação. Qualquer hesitação agora será fatal no ano que vem. É a nossa reputação e o prestígio de nossas instituições que estão em jogo. Vamos ganhar! José Carlos de Carvalho".

Seria até bonito a aplicação na íntegra das regras aqui transcritas pelo Secretário se ele fizesse isso no Triângulo, onde houve desmatamento de 97% da cobertura vegetal e nunca foram lá multar ninguém. No entanto, esse "e-mail" tem endereço: é a região mais pobre de Minas Gerais. Ele é contra os pequenos produtores, os assentamentos do Incra, o Projeto Jaíba, o desenvolvimento da nossa região. Ele tem endereço certo. Sabemos disso - e agora é fato -, porque o próprio governo admitiu na audiência pública e na Comissão de Agropecuária realizada no Jaíba, no dia 5 do mês passado, que o que está por trás disso é o acordo de resultado, o choque de gestão.

Vejam aqui as transcrições das notas taquigráficas de um depoimento de um funcionário do BDMG, que foi lá representar o Presidente do Banco, funcionário do governo do Estado: "Em 2006, fui gerente executivo do Projeto Jaíba, quando ele era estruturador e estava cheio de problemas, invasões, que conseguimos resolver. Quando esse projeto foi criado e acertado com o IEF e com o pessoal do meio ambiente, vimos que era o perímetro público de irrigação que tem a maior área de reserva legal do Brasil. E foi acertado com o IEF e com todos os ambientalistas que todas as áreas de produção deveriam ser desmatadas para 100% de produção. Não era para haver reserva legal dentro do lote porque o perímetro irrigado já tem reserva suficiente para atender à legislação. Foi uma anomalia criada pelo próprio governo de Minas. O IEF tem de ter receitas para pagar suas próprias despesas. Portanto, as taxas, os impostos - o que quer que seja que está sendo criado - são para a receita do IEF, para pagar suas próprias despesas, o que foi acertado com o governo de Minas Gerais. Hoje, o Projeto Jaíba não tem de ter, na área produtiva, um pedaço de pau em pé; é tudo para a área de produção. Isso foi acertado como o IEF. O que hoje acontece é uma aberração criada pelo próprio governo do Estado. O IEF tem de ter receita suficiente para pagar suas próprias despesas e, por isso, temos essa situação no Jaíba." Quem afirma isso é Leonardo Guimarães Parma, Gerente de Agropecuária de Departamento de Agronegócios do BDMG, portanto um funcionário do governo de Minas. Então, isso ficou bem claro dentro do tal choque de gestão, do tal "saco de igualdades". A Secretaria de Meio Ambiente tem de ser autossuficiente, deve arrecadar para pagar todos os privilégios a todos seus funcionários, para pagar inclusive as farrambombas que são feitas com os helicópteros. São helicópteros para cima e para baixo pagos com o dinheiro do sofrido povo do Norte de Minas Gerais, que não aguenta mais pagar multa para o IEF comprar helicóptero e carro novo para passear, fazer anarquia e multar quem produz e gera emprego na região mais pobre de Minas Gerais. Então, esse choque de gestão é uma farsa. Vimos aqui fazer essa denúncia, pedir ao governo de Minas que acorde. Acorde, Governador Aécio Neves, vocês estão armando uma bomba-relógio no Norte de Minas. As pessoas não suportam mais. Os órgãos do meio ambiente ficaram antipáticos porque apenas pensam em arrecadar. Eles não levam em consideração as pessoas, o povo. Nossa região está cada dia mais pobre; as pessoas estão tendo de sair para cortar cana no Triângulo Mineiro, colher café no Sul de Minas, sair de uma região que tem gente, que tem terra e que preservou. Nós temos 53% de áreas preservadas, de cobertura vegetal. Não estamos falando em desmatar mais. O problema é que não é permitido nem roçar pasto mais no Norte de Minas. Se, por algum problema financeiro, a pessoa se esqueceu de roçar o pasto, quando for fazê-lo, já é mata regenerativa. No caso, o IEF vai lá, e essa pessoa é multada. O pânico está espalhado na nossa região, porque a indústria da multa foi instalada, e não só no Jaíba, mas em todo o Norte de Minas. Seria interessante que o governo fizesse o contrário, e ajudasse a desenvolver aquela região, que é a mais pobre e esquecida pelo governo. Sabemos que há quase R\$500.000.000,00 nos cofres do Fhido, oriundo dessas multas. E, Sr. Governador, esse dinheiro poderia ser pelo menos utilizado para o desenvolvimento daquela região, para a recuperação das suas nascentes, para as barragens ou para as obras de infraestrutura hídrica que o Norte de Minas precisa. Mas não, porque, de lá, só sai. E tudo que é ruim vem para a nossa região: temos a perseguição aos taxistas, aos pequenos, médios e grandes produtores. Instalou-se ali o laboratório do "saco de maldades".

Portanto fica aqui registrada a nossa indignação. E estamos propondo, nesta Casa, a criação da CPI da indústria da multa, porque ninguém suporta mais isso. Defender o meio ambiente é uma coisa, mas sacrificar uma região, pagar o pato para que outras regiões cresçam, isso o Norte de Minas não aceita. Por que o IEF foi tão gentil com o Triângulo Mineiro e com outras regiões ricas de Minas? E agora se instalou na região mais pobre para fazer tudo aquilo que não fez no passado? O IEF poderia, com a Secretaria de Meio Ambiente, fazer "lobby" nesta Casa para aprovar um projeto, de minha autoria, que diz que a reserva legal tem de ser na mesma bacia hidrográfica, ou seja, os produtores do Triângulo Mineiro teriam de fazer as suas reservas lá, no Triângulo Mineiro. Mas não; no Triângulo Mineiro, eles deixam desmatar tudo. E os grandes produtores do Triângulo Mineiro estão fazendo reserva no Norte Minas. Mas reserva não gera renda e emprego. Essa reserva, do jeito que estão fazendo, é para enganar a legislação, passar por cima, porque permitem que se desmate tudo no Triângulo Mineiro, para que as suas grandes usinas possam fazer reserva no Norte de Minas; isso sim é crime ambiental. É contra isso que o IEF poderia tomar providências, para acabar com essa farra. Mas não, porque lá só tem índio, pobre, sem-terra e agricultor familiar. Então tudo de ruim tem de mandar para nós. Pois fiquem sabendo que o Norte de Minas também tem gente. Nós vamos reagir. A nossa região não aceitará que façam o que estão fazendo. Estamos preparados para reagir; estamos organizando nossas entidades. Os sindicatos de produtores, de trabalhadores, os nossos assentamentos, todo o nosso povo está se unindo. Daremos uma resposta certa, na hora certa, para o governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ademir Lucas* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores presentes no Plenário da Assembleia Legislativa, telespectadores, minhas senhoras, meus senhores; hoje, pela manhã, estivemos na próspera cidade de Betim, onde se localiza a sede do Conselho Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba - Cismep -, constituído por 16 Municípios, e tivemos a oportunidade de testemunhar uma solenidade importantíssima para os moradores da região.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o País passa por uma série de dificuldades, muitas delas oriundas da crise internacional que

afeta toda a população mundial, de forma linear. Com o Brasil não é diferente, e com Minas também não. Justamente por isso todos os entes federados têm passado por dificuldades para cumprirem com os seus objetivos constitucionais.

Numa época de poucos recursos públicos, para que resultados positivos apareçam há de se otimizar os recursos existentes. É exatamente isso que está acontecendo na área do Cismep, desse Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba, com sede própria e muito bem-localizado no Município de Betim. Hoje acompanhamos o Secretário Marcus Pestana e também Deputado desta Assembleia, na solenidade ocorrida no Cismep.

O governo do Estado tem uma séria preocupação com a boa distribuição dos recursos públicos, por isso há essa otimização de resultados. O Secretário Pestana levou, para a região do Cismep, R\$3.000.000,00, 12 veículos e equipamentos para a implantação das clínicas oftalmológicas e de otorrinolaringologia na sede do Cismep. Isso mostra que o governo do Governador Aécio Neves tem preocupação suprapartidária, pois, afinal, o consórcio tem integrantes de várias matizes políticas, o que vai atender a toda a população da região, de forma indistinta.

A implantação dessas duas clínicas oftalmológicas e de otorrinolaringologia na sede do Cismep e a entrega de 12 veículos irá atender à população mais carente e necessitada.

Muitas vezes o munícipe dessas 16 comunidades mineiras até conseguem a consulta, mas, no momento de se deslocarem do Município para a sede do Cismep, em Betim, por serem pobres e carentes, não conseguem recursos para a condução. E, agora, o governo do Estado não só doou os 12 micro-ônibus, mas também fará a sua manutenção. Dessa forma, marcada a consulta, o cidadão da região, atendido pelo Cismep, poderá se deslocar do seu Município até Betim e ser atendido.

Ouvi alguns relatos interessantes nessa solenidade, como o de um Vereador de Betim, que disse que havia uma pessoa que não conseguiu ser atendida pelo plano de saúde ao qual havia aderido, e acabou sendo socorrida por um médico da sede do Cismep, a tempo e a hora. Isso mostra que, realmente, essa preocupação com a descentralização do atendimento à saúde é muito importante, porque acaba-se atendendo até pessoas com condições financeiras e plano de saúde, como foi o caso dessa pessoa que foi atendida pelo Cismep.

Por outro lado, o transporte é muito importante porque, marcada a consulta, os micro-ônibus buscarão essas cidadãs e esses cidadãos e os levarão à consulta. Tudo isso será absolutamente gratuito; não se pagará pelo transporte e não se pagará pela consulta.

No caso específico do transporte, um micro-ônibus com todo o conforto - com ar-condicionado, com televisão, com toda assistência - trará o paciente a Betim e o levará de volta ao Município de origem. E o mais importante: um paramédico e um técnico de enfermagem acompanharão esse cidadão em seu deslocamento. Isso demonstra a preocupação humana, cristã e solidária do governo Aécio Neves. Foram empregados 3 milhões do governo do Estado, sem recurso de mais ninguém. Já estão prontas as clínicas, já foram entregues simbolicamente as chaves dos micro-ônibus ao Prefeito que gerencia o programa. Enfim, é um trabalho extraordinário, que ajudará os mais carentes e os mais pobres da região.

O interessante é que, feita a programação das consultas pelas Prefeituras de Ibitiré, de Sarzedo e de Mário Campos, por exemplo, o micro-ônibus sairá de Ibitiré, passará por Sarzedo e por Mário Campos, recolhendo os pacientes, e os levará para a consulta, no Cismep e na sede, em Betim. Depois, o micro-ônibus retornará com eles a sua cidade de origem. É muito importante dar garantia de atendimento e dar atendimento a tempo e hora. O governo está se empenhando para que realmente ocorra esse atendimento, porque não adianta a pessoa marcar consulta se não tem sequer recursos para pagar o ônibus para seu transporte. Agora, nada disso será cobrado. Achei muito interessante.

Quero dizer mais: estávamos presentes, demonstrando essa principal característica do governo Aécio Neves, a de ser suprapartidário, atendendo a todos os Prefeitos da região, sem olhar coloração político-partidária. Estavam lá também os Deputados Ivair Nogueira e Carlos Gomes; o Deputado Federal Ciro Pedrosa - cada um da sua denominação partidária -; a Sra. Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim, e vários Prefeitos de várias matizes. Isso demonstra a preocupação do nosso governo, do governo Aécio Neves, principalmente do Secretário Marcus Pestana, que teve essa sensibilidade na descentralização para levar a saúde para mais próximo do cidadão. Em uma época que, sabemos, os recursos são difíceis, a correta aplicação, como eu disse, otimiza o resultado. Com essa descentralização, com essa desconcentração, o atendimento chega muito mais rápido àquele que necessita. De forma que deixo o testemunho, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dessa preocupação do governo com a saúde pública em nosso Estado.

Também tivemos uma notícia alvissareira, auspiciosa: está caindo a incidência de casos de gripe suína no Estado. Isso demonstra que todos estão se empenhando no tratamento da doença, com eficiência, num trabalho solidário: o Governador, o Secretário de Saúde, todos os Secretários Municipais, todos os Prefeitos, o Hospital de Clínicas Eduardo Menezes, enfim, toda a sociedade. É por isso que está ocorrendo essa queda na incidência de gripe suína no Estado. Recebemos a notícia hoje de que um cidadão que ficou 70 dias internado - ele chegou a entrar em coma - recebeu o tratamento e hoje está de alta, já recuperado. Isso mostra a preocupação com a saúde pública em nosso Estado.

Quero deixar patenteado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o nosso agradecimento também ao governo do Estado, agora na área de obras públicas da Setop. Desde o princípio, estamos trabalhando com o Secretário Fuad Noman e mais especificamente com o Subsecretário Fabrício Soares, a quem o Secretário Fuad Noman delegou essa missão, para a implantação de terminais rodoviários na Grande BH.

Sabemos do gargalo que implica esse terminal rodoviário no centro de Belo Horizonte. Muitas vezes, toma-se o tempo do usuário, que ainda tem um gasto maior com seu deslocamento, quando não tem necessidade de passar pelo centro da cidade. Com isso, o trânsito se avoluma e torna-se difícil, como está atualmente. Por sua vez, a pessoa perde tempo e muitas vezes se vê obrigada ao pagamento de mais de um ônibus para seu deslocamento.

Agora, teremos terminais rodoviários regionalizados. Em nossa base política, especificamente em Contagem, teremos a implantação de cinco terminais rodoviários. Tenho acompanhado o assunto e trouxe à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização o Subsecretário Fabrício Torres Sampaio, que apresentou aos Deputados da Comissão uma imagem final da implantação de todos os terminais. Portanto, em Contagem, especialmente, também por nosso esforço pessoal, teremos cinco terminais: um na região industrial, no Bairro Santa Maria; em na região de Retiro e Nova Contagem, que vai atender, além de Contagem, à região de Esmeralda e a parte de Betim, no Icaivera; um no Bairro Vila Pérola, em Contagem; um na região do Ceasa - ou seja, dois terminais na região de Ressaca -; e um na região do Eldorado. Com isso, teremos cinco terminais. Vale dizer que uma pessoa que se desloca de Ribeirão das Neves e quer ir a Betim, ao Barreiro ou a qualquer parte da região industrial não terá de vir ao centro de Belo Horizonte; descerá no terminal do Ceasa e, de lá, buscará o seu destino. Da mesma forma, os que vêm de Esmeraldas, Nova Contagem, Retiro, Recreio ou Serra Verde terão um terminal rodoviário na região do Darcy Ribeiro. Ou seja, se não têm de vir ao centro de Belo Horizonte, poderão descer ali mesmo e pegar um ônibus para seu destino - Barreiro, Betim, Nova Lima ou qualquer outra região. Tenho a certeza de que isso vai ajudar a desafogar o trânsito, que está ficando quase insuportável no centro de Belo Horizonte, além de racionalizar o transporte público, reduzir custos e permitir que o usuário ganhe tempo. Estou muito feliz com essa iniciativa do governo Aécio Neves. Como eu disse, serão cinco terminais em Contagem, nestas regiões: região industrial, Eldorado, Nova Contagem e dois na região da Ressaca, o que demonstra a preocupação do governo Aécio Neves com Contagem, Betim, Esmeraldas, Barreiro e toda a nossa região na busca de facilitar o deslocamento das pessoas, diminuir os custos para o usuário do transporte coletivo e racionalizar o uso

desse mesmo transporte.

Para terminar, Sr. Presidente, quero destacar o nosso empenho na construção do novo fórum da cidade de Contagem. Por três oportunidades, estivemos com setores das áreas da Justiça e do Executivo. Na primeira vez, fomos acompanhados do Deputado Sávio Souza Cruz, também preocupado, como nós, com a questão do fórum de Esmeraldas, e, aproveitando a oportunidade, discutimos com o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, a questão do fórum de Contagem. Na segunda vez, fomos acompanhados do Deputado Durval Ângelo; do Juiz Márcio Diniz, Diretor do Fórum de Contagem, e de outros; e de operadores do Direito em nossa cidade, demonstrando que a construção do novo fórum de Contagem é uma questão suprapartidária, uma questão de espírito público. Na última vez, marquei uma audiência com o Vice-Governador, Antonio Anastasia, oportunidade em que também nos fizemos acompanhar de várias pessoas interessadas na construção desse novo fórum, entre as quais cito os Deputados Durval Ângelo e Carlin Moura e a Prefeita de Contagem. Com isso, demonstramos que estamos todos unidos em prol de uma mesma causa: a construção do fórum de Contagem, para que tenhamos uma melhor distribuição da Justiça em nossa cidade. Assim poderemos aproximar mais a Justiça do cidadão.

Esses fatos são relevantes e, sobretudo, demonstram a preocupação de espírito público de todos esses agentes políticos, operadores da Justiça, que têm mais preocupação com a população e o destino dos recursos, para que sejam mais bem-utilizados e deem melhor resultado. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2009

Objeto: aquisição de painéis expositores. Pregoeira vencedora: Marcenaria e Carpintaria Franluc Ltda.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2009

CONCORRÊNCIA Nº 1/2009

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de organização de eventos e ações de patrocínio. Licitantes habilitadas: Javi Comunicação Ltda., LS Locações, Serviços e Eventos Ltda., HWC Empreendimentos Ltda., Abordagem Comunicação e Marketing Ltda. e Mapema Produções e Eventos Ltda.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: contrato de prestação de serviços e venda de produtos entre a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto deste aditamento: inclusão do serviço de Carta/Cartão/Envelope Encomenda Resposta. Vigência: a partir de 31/8/2009.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Gerinfor - Gerência de Informação Ltda. Objeto: realização de serviços de microfilmagem. Objeto deste aditamento: alteração quantitativa do objeto. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90.39.21.10.1.0.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Comunidade Terapêutica Projeto Vida Nova - Provin. Objeto: doação de bens móveis inservíveis - dois microcomputadores marca Itautec, registros patrimoniais 022.665 e 022.692, avaliados em R\$500,00 (quinhentos reais). Licitação: dispensa, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: União dos Paraplégicos de Belo Horizonte. Objeto: doação de bens móveis inservíveis: 4 microcomputadores. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Paula Andrea Amaral Costa. Objeto: fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafas de makrolon ou similar, com capacidade de 20 litros, lacradas, na quantidade estimada de 500 garrafas por mês, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de 150 vasilhames, com as respectivas grades plásticas, e de 50 bebedouros elétricos,

incluindo a manutenção destes. Licitação: Pregão Eletrônico nº 33/2009 - Processo Licitatório nº 34/2009. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009-33.90.30 (10.1).